

É preciso renacionalizar a economia brasileira

FERNANDO GASPARIAN

Hoje se reconhece que o Brasil venceu brilhantemente o desafio cambial representado pelos "choques do petróleo". Nossos doze bilhões de dólares de superávit comercial são suficientes para atender aos compromissos de nossa dívida externa. A poupança interna, contudo, que não vai além de 17% do PIB contra uma necessidade real de 23%. Isso comprova que não vencemos o desafio das poupanças.

Esse é o motivo pelo qual nossas autoridades financeiras vêm se mostrando crescentemente preocupadas em obter suplementação de poupanças externas. Como os mercados de empréstimos continuam fechados, opta-se pela atração de capitais de risco ou, na prática, pela concessão de vantagens destinadas a aliciar as multinacionais. Como estas mostram-se reticentes (veja-se o drástico declínio recente das entradas de capital de risco no país) passa-se a considerar seriamente medidas de amplitude crescente em benefício do capital estrangeiro. A par disso, e certamente mais grave, com o fim de garantir a intercalização das poupanças externas, reclama-se a liberação das importações.

Esses fatos exigem uma tomada de posição de parte dos nacionalistas brasileiros. Convém iniciar recordando o fato de que as empresas multinacionais, nas décadas de 50 e 60, apropria-



ram-se dos setores mais dinâmicos de nossa economia através das famigeradas Instruções 113 e 289 da Sumoc, que as colocaram em condições de superioridade relativamente aos investidores nacionais. O único obstáculo oposto ao capital estrangeiro nesse período ocorreu durante a administração João Goulart, e tomou a forma de limitações à remessa de lucros para o Exterior. A medida durou, contudo, pouco, sendo derrubada pelo sr. Roberto Campos, nos primeiros momentos da chamada revolução.

A denúncia dessas vantagens, injustificáveis e desnecessárias, não nos impede de reconhecer que, enquanto nosso desenvolvimento foi levado adiante com base no mercado interno, o predomínio do capital estrangeiro não constituiu um obstáculo fundamental ao nosso crescimento econômico. O problema surgiu quando, nos últimos dez anos, nossa indústria atingiu sua maturidade e voltou-se para o mercado externo.

Nesse momento surgiram os corolários negativos das vantagens excessivas concedidas às multinacionais. Essas companhias (filiais de empresas estrangeiras) não podiam concorrer com suas matrizes nos maiores e mais importantes mercados mundiais. Nossas vendas externas dependiam, assim, de empresas nacionais, ilhadas em setores de manufaturas tradicionais cujos mercados externos eram de lento incremento e crescentemente protecionistas. A par disso, e igualmente grave, a exclusão de empresas nacionais dos

setores mais dinâmicos da economia brasileira nos condenava a uma permanente dependência tecnológica.

Nesse contexto, e apesar dos graves problemas nacionais de insuficiência de poupanças, é absolutamente inadmissível a "abertura" da economia brasileira proposta por alguns círculos governamentais. Esta, enquanto significa maiores facilidades para a criação de novas multinacionais, ou para crescimento das empresas desse tipo já implantadas no país, entra em choque direto com a necessidade de limitar o papel dessas empresas na economia brasileira. O momento exige, de fato, a criação, de grandes empresas privadas nacionais situadas em setores dinâmicos da economia, que gerem tecnologia própria e partam para a conquista dos mercados mundiais.

Tampouco faz sentido falar-se numa liberação das importações a curto prazo. Essa medida, se levada adiante com a amplitude necessária para viabilizar a internação de importantes somas de capitais externos, significará o comprometimento do nosso parque manufatureiro, a exemplo do que sucedeu no Chile.

Não há dúvida, contudo, que o problema da insuficiência de poupanças existe. Por que, todavia, ir buscá-las através de grandes concessões aos interesses multinacionais quando basta evitar que nossas poupanças sejam drenadas para fora do país? Hoje o Brasil está remetendo para o Exterior 5% do PIB a título de serviço da dívida externa. Por que não limitar, o que já

foi aliás anunciado pelo ministro da Fazenda, nossas remessas para o Exterior a somente 2,5% do PIB? Isso não só resolveria a parte mais substancial do nosso problema de poupança como constitui medida suscetível de ser imediatamente adotada pelo governo brasileiro.

Bastaria apenas tomar as precauções para que a internação dessas poupanças não prejudicasse a indústria nacional. Isso seria conseguido se o aumento de importações se limitasse a artigos não produzidos no país ou produzidos por setores já funcionando à plena capacidade.

Em suma os inconvenientes, entre outros, que a entrada de capital estrangeiro sem limites trariam a nossa economia seriam a renúncia à criação de tecnologia nacional, a limitação do crescimento de exportações de manufaturados com maior adicionado, bem como o peso que a remessa dos lucros gerados por esse capital representariam para nossa balança de pagamento. Esses inconvenientes já seriam bastante para recomendar que a futura Constituição limitasse rigidamente essa participação. Mesmo porque, depois da desnacionalização de nossa economia, que o país sofreu nas últimas décadas, é preciso renacionalizar o Brasil.

FERNANDO GASPARIAN, 56, membro do Diretório Regional do PMDB-SP e secretário da Comissão de Relações Internacionais do Diretório Nacional desse partido, é editor e foi diretor da semanário "Opinião", além de professor visitante nas Universidades de Oxford (Inglaterra) e Nova York (EUA).